



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **1003173-10.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários**
 Requerente: **Raquel Luiz Casale**
 Requerido: **Banco do Brasil Sa**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor almeja ao recebimento de correção monetária, devida sobre o saldo em depósito em caderneta de poupança, quando implementado os Planos Econômicos dos anos de 1989 e 1990.

O réu foi citado e contestou alegando, em síntese, a prescrição, a ilegitimidade passiva, a aplicação imediata de normas de ordem pública e a inexistência do direito adquirido à correção monetária.

Houve réplica.

É evidente a legitimidade passiva do banco porque é ele quem responde por ter creditado correção monetária inferior à devida, não havendo qualquer razão para o Banco Central do Brasil ser parte ou intervir no processo, falecendo competência à Justiça Federal para o julgamento desta ação. Assim já decidiu o Superior Tribunal de Justiça (REsp 194490/SP, 4ª Turma do STJ, rel. Min. Aldir Passarinho Junior, deram parcial provimento, v.u., j.25/10/1999).

Quanto à invocada prescrição da demanda ou mesmo em relação à correção monetária e juros, a matéria já está pacificada no sentido de que prescrição, *in casu*, é vintenária, não se aplicando a regra do artigo 205 e do artigo 206, § 3º, inciso III, do Código Civil ou do art. 178, § 10º, inciso III, do revogado Código Civil, vez que os juros se agregam mensalmente ao capital, perdendo a natureza jurídica de acessório (STJ AgRg no Ag 634850/SP rel. Min. **FERNANDO GONÇALVES**, 4ª Turma 06.09.2005).

No caso em tela verifica-se que a distribuição da ação ocorreu em 02/03/2016, ou seja, há mais de vinte anos da data do aniversário da conta da conta poupança de titularidade do autor.

Além do que o autor não amealhou aos autos



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

qualquer elemento que comprovasse ter havido a interrupção do prazo prescricional, não tendo se desincumbido dessa sua obrigação conforme lhe tocava nos moldes do artigo 373, I, do Código de Processo Civil.

Isto posto, reconheço a prescrição da ação e **julgo extinto** o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 269, inciso IV, do Código de Processo Civil.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 19 de maio de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI
11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**